

OS LIMITES DO PODER DO PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS E O RETORNO AO ARQUIVO*

ÂNGELA FERREIRA

* Este ensaio foi escrito e proferido pela ocasião da minha participação na mesa-redonda que integrou o programa paralelo à exposição *Retornar – Traços de Memória*. O convite partiu da moderadora da mesa-redonda, Manuela Ribeiro Sanches, que descreveu o evento como uma «conversa sobre percursos artísticos e o retorno». Contando ainda com a participação de Vasco Araújo e de Manuel Santos Maia, teve lugar no dia 11 de fevereiro de 2016 no anfiteatro do Padrão dos Descobrimentos, em Belém, Lisboa. Optei por manter aqui a abordagem oral e direta para assim preservar o espírito que levou à conceção do texto e ao ambiente em que foram apresentadas as imagens.

Aproveitei este convite para pensar um pouco mais a temática do arquivo. Fi-lo, como é óbvio, no âmbito da exposição *Retornar*, cuja força motriz me pareceu ser, entre outras, a ideia do «arquivo». Neste caso a revelação de algum material de arquivo em torno da história aqui em questão – o retorno dos colonos –, que também constitui o contexto desta nossa conversa. Começo por admitir que não gosto nada de usar a expressão «retornar» precisamente por dar veracidade aos preconceitos nela contidos, mas agora, também por questões de tempo, opto por não me debruçar sobre essa terminologia. Confesso, igualmente, que como artista plástica com uma prática investigativa o assunto de pensar o arquivo tem grande utilidade concetual para mim. Em Bruxelas, em 2014, durante os trabalhos do ERG Seminaire: *Archives du Present – Généalogies du Futur*, em que participei e onde durante três dias se aprofundou o tema do arquivo, tive oportunidade de ouvir, reagir e me debruçar de novo sobre esta problemática, que, sem dúvida, todos concordamos, é profundamente política. A experiência em Bruxelas reavivou em mim a delicadeza e a complexidade do assunto... deixando vir à superfície as emoções em torno do ato de arquivar, do questionamento sobre o «poder ou o direito de arquivar». Admito que, por um lado, o facto de haver pessoas que decidem por si próprias «arquivar» em nome de «outros» me suscita um tremendo desconforto relacionado, como disse, com o ato de arquivar enquanto instrumento de poder. O assunto não é neutro nem fácil, pois, por outro lado, ouço os meus pensamentos mais racionais e sensatos, que o tempo de maturação das ideias beneficia, a lembrar a preciosidade e o privilégio que é poder «ler» um arquivo.

Para esta conversa retomei as minhas leituras de um texto de 2002 de Achille Mbembe, *The Power of the Archive and its Limits*, que me ajudou bastante. Permitam-me, portanto, deambular por entre as suas ideias e partilhá-las convosco. Mbembe é sem dúvida, para mim, o mais inspirado pensador africano. Começo então por lembrar a sua nota introdutória ao referido texto:

The term 'archives' first refers to a building, a symbol of a public institution, which is one of the organs of a constituted state (uma nação, neste caso Portugal). However, by 'archives' is also understood a collection



*of documents – normally written documents – kept in a building. There cannot therefore be a definition of ‘archives’ that does not encompass both the building itself and the documents stored there. The status and the power of the archive derive from this entanglement of building and documents.*¹

Esta ideia vem de encontro a uma das premissas mais importantes e mais férteis no meu trabalho e também é pertinente para nós hoje aqui, neste edifício, para podermos pensar o significado... dos edifícios, para podermos enveredar pelo desafio de desconstruir e questionar o significado do edifício escultórico que conhecemos como Padrão dos Descobrimentos – símbolo de celebração da história e contentor/arquivo de artefatos dessa mesma história. Há muito que acredito na possibilidade de «ler» os edifícios como textos políticos e é isso que tento fazer em muitas das minhas esculturas. Como estamos instalados dentro de um imóvel com uma carga política para mim quase incomportável, que infelizmente tem sido alvo de muito pouca reflexividade, e como esse é também o assunto da obra cujas imagens aqui apresento, aproveito para expor

[149] Ângela Ferreira, *Messy Colonialismo; Wild Decolonization*, 2015. Instalação em *A Story Within a Story* (GIBCA, Gotemburgo, 2015).

¹ Achille Mbembe, *The Power of the Archive and its Limits*, in *A Story Within A Story*, org., Elvira Dyangani Ose (Gothenburg: Göteborg International Biennial for Contemporary Art, 2015), pp. 16-25.



[150] Ângela Ferreira, *Messy Colonialism; Wild Decolonization*, 2015. Instalação em *A Story Within a Story* (GIBCA, Gotemburgo, 2015).

um pouco sobre o ponto de partida e metodologia do meu trabalho – vamos ver se consigo, pois nunca o fiz desta forma! Do meu ponto de vista, não basta identificarmos os assuntos que se querem tratar ou, como historiadores, saber contar a sua história com a maior das isenções. Neste caso é preciso identificar como metáfora o edifício que queremos usar e saber articular as leituras críticas que se fazem dele; é preciso juntar à ideia de edifício o poder dos conteúdos do «arquivo» para os quais ele próprio remete. Sei bem que, a reboque da sugestão de Mbembe e aproveitando este convite para estar dentro do Padrão dos Descobrimentos, estou a juntar os arquivos da exposição *Retornar* com os do espaço e história do edifício em que estamos inseridos – noto que esta conexão já foi estabelecida no programa expositivo que inclui o meu projeto dos contentores.

A obra que estou a mostrar, cujo filme veremos de seguida, chama-se *Colonialismo Sujo, Descolonização Selvagem* e materializou-se em fevereiro de 2015, mas é uma obra que eu tinha em mãos há cerca de quinze anos. A obra foi apresentada no México, no Brasil e na Suécia, mas nunca em Portugal². Não resisti à tentação de a trazer hoje a esta mesa redonda. Sempre vi este edifício

² A obra foi, entretanto, apresentada em Portugal no contexto da exposição *Ângela Ferreira – Resignificação*, Colégio das Artes. Coimbra (Maio de 2016).



O INSTITUTO DE APOIO AO RETORNO DE NACIONAIS
 Elsa Peralta
 Joana Goncalo Oliveira
 e Bruno Góis

THE INSTITUTE TO SUPPORT THE RETURN OF PORTUGUESE NATIONALS
 Elsa Peralta
 Joana Goncalo Oliveira
 and Bruno Góis

O Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) foi um organismo criado para prestar apoio ao acolhimento e integração na vida nacional dos indivíduos e famílias providos das ex-colónias portuguesas. O IARN foi criado em 1975 pelo Decreto-Lei n.º 169/75, de 31 de março e extinto em 1981 pelo Decreto-Lei n.º 97/81, de 2 de maio. As suas atribuições incluíam apoio a alojamento, alimentação, saúde, subsídios, bolsas de estudo e inserção profissional dos desalojados. Partindo de uma investigação no fundo documental do IARN do Arquivo Histórico Ultramarino, foram seleccionados documentos que mostram as diferentes atribuições do IARN. Estes documentos evidenciam o carácter bélico da operação de acolhimento e integração e a complexa relação entre o Estado e os indivíduos e as instituições.

Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) [Institute to Support the Return of Portuguese Nationals] was an organisation that was created to help receive and integrate individuals and families from Portugal's former colonies into Portuguese society. IARN was created in 1975, by Decree-Law No. 169/75 (31 March) and expired in 1981 with Decree-Law No. 97/81 (2 May). Its services included support for housing, food, health, subsidies, educational scholarships and professional training for the displaced persons. Based on research conducted on IARN's collection of documents in the Arquivo Histórico Ultramarino [Overseas Historical Archive], documents were selected that demonstrate the IARN's different functions. These documents reveal the confusing nature of the operation to receive and integrate the returnees and the complex relationship between the State and individuals and institutions.

Fontes:
 A Capital (Lisboa)
 A Província de Angola (Luanda)
 Diário de Coimbra (Coimbra)
 Diário de Notícias (Lisboa)
 Diário Popular (Lisboa)
 Diário (Luzerna, Marquês)
 Jornal do Alentejo (Funchal)
 Jornal de Notícias (Porto)

Jornal de Notícias (Lisboa)
 Jornal do Alentejo (Funchal)
 Jornal de Notícias (Porto)
 Diário Popular (Lisboa)
 Diário (Luzerna, Marquês)
 Diário de Notícias (Lisboa)
 A Província de Angola (Luanda)
 A Capital (Lisboa)
 Jornal de Notícias (Lisboa)

como contendor de significado político. Reconheço que esta é a primeira vez que aqui entro e espero humildemente conseguir investir o tempo aqui presente com significado útil. Mas voltarei ao edifício mais adiante para, através do meu filme e da minha escultura, contar o que penso da história nefasta do edifício e das áreas em seu redor, que, para mim, ainda estão assombradas³.

Um outro ponto interessante que Mbembe nos ensina é que o arquivo, ao existir, é uma coisa que anula a dúvida. Ele ganha o estatuto de prova, a prova de que algo verdadeiramente existiu ou aconteceu, e que a partir dele nós somos capazes de reconstruir os eventos passados. Neste caso o evento do «retornar», que durante tanto tempo foi empurrado para a invisibilidade, num esforço de quase apagamento da existência dos factos. Imagino que entre os pensadores que se debruçam sobre estes assuntos haja consenso quanto ao valor de podermos ver os materiais de arquivo exibidos nesta exposição. O trabalho de dar veracidade e realidade a três arquivos diferentes – o do IARN, o das migrações coloniais e o dos jornais em torno da descolonização – como se estivessem a provar a existência dos factos complexos e controversos do fim «oficial» do colonialismo português torna esta exposição importante e corajosa.

[151] Pormenor da Seção «Arquivo» da Exposição Retornar – Traços de Memória, EGEAC, Lisboa, novembro de 2015 a fevereiro de 2016. Fotografia de Alberto Plácido.

³ Uma amiga sul-africana em visita turística a Lisboa (2014) visitou o edifício e a sua área circundante. O guia turístico apontava orgulhosamente o chão com a rosa dos ventos em frente ao padrão, oferecido pelo governo do apartheid sul-africano ao estado novo português, sem a menor necessidade de mencionar que se tratava de uma dádiva de um estado ditatorial a outro estado ditatorial.



[152] Ângela Ferreira, *Messy Colonialism; Wild Decolonization*, 2015. Instalação em *A Story Within a Story* (GIBCA, Gotemburgo, 2015).

No entanto, como diz Mbembe, o verdadeiro destino do arquivo está sempre situado fora da sua materialidade, está na história que ele torna possível. Mas, como todos sabemos, não há histórias sem pontos de vista, pelo que ao apresentar um arquivo estamos sempre a apresentar uma (sua) perspectiva. As apresentações não se querem sectárias, muito menos aquelas que, como esta, têm como pano de fundo um regime político ditatorial. Eu, como artista plástica, vejo o arquivo como um texto autoral imagético. Dou-lhe o tom da minha posição sem ser autoritária, mas não o deixo sem ponto de vista. Imbuo sempre as minhas obras de um ponto de vista que muitas vezes pode ser subtil... e por vezes não tão subtil, como poderão ver adiante pelo texto do filme que transcrevo no final deste ensaio.

Um terceiro ponto que Mbembe nos ensina reporta para a qualidade sepulcral do arquivo, para o facto de, na sua opinião, ao arrumarmos os vestígios de eventos e de pessoas estarmos a conferir-lhes uma certa paz que é própria da cerimónia funerária (*lay to rest*). Os factos, os eventos, os elementos retratados deixam de poder causar a desordem que causavam antes de serem arquivados, antes de serem arrumados.

Assigning them to this place (the archive / funeral sepulture) makes it possible to establish an unquestionable authority over them and to tame (em português, «domar») the violence and cruelty of which 'the remains' are capable, especially when these are abandoned to their own devices.⁴

Neste nosso caso, no entanto, a situação é mais complexa, pois estes arquivos existiam e, portanto, o material estava neutralizado, mas na verdade os materiais estavam duplamente neutralizados, quer pelo esquecimento imposto pelas normas sociais, quer pela euforia pró-europeia que existiu neste país pelo menos até ao fim do século xx. E até agora, como nos diz Mbembe, eles estavam quase perigosamente abandonados.

É muito importante lembrar ainda como o texto de Mbembe nos ensina que não importa qual a forma como definimos os arquivos, pois estes não têm o menor significado fora do âmbito subjetivo dos indivíduos que os utilizam. Contudo, a experiência subjetiva é guiada por vários fatores em torno dos próprios arquivos, por exemplo: quem os fez, a quem pertencem, de que autoridade dependem (Estado/nação), qual o contexto político em que são visitados, quais as condições de acesso, a forma como estão codificados ou ainda como o seu conteúdo é apresentado e mostrado ao público. Uma vez consideradas estas condicionantes e variáveis, percebemos que os conteúdos dos arquivos podem ser variados e contraditórios e que se (enquanto artistas plásticos) trabalhamos com arquivos temos o dever de considerar todas as leituras que se fazem dos mesmos. O simples ato de mostrar um arquivo não constituiu um procedimento claro de crítica dos factos e eventos aí contidos. Pelo contrário, pode mesmo tornar-se um ato nostálgico e sepulcral de celebração.

Pensemos no processo de exibir materiais de arquivo num tempo em que os museus de arte contemporânea se tornam cada vez mais mercantilizados; em que os museus se transformam em autênticos centros comerciais de artes visuais e da história de arte; ou em que os diretores de museus se perguntam não sobre o que mostrar dentro dos museus, mas o que fazer com os milhares de pessoas que a eles afluem como espaços de entretenimento. Temos de nos lembrar que a mercantilização da memória (arquivos) destrói a diferença entre a vítima e o carrasco e, como tal, permite ao Estado (nação) realizar aquilo com que sempre sonhou: o abolir da dívida da história e a possibilidade de começar de novo, de tudo fazer tábua rasa.

Uma nota final sobre o Padrão dos Descobrimentos para que possamos pensar o edifício e o arquivo no emaranhar de conteúdos que Mbembe nos desafia a fazer.

Trabalhando, como faço, bem inserida no discurso pós-colonial – apesar de eu própria por vezes questionar a sua pertinência – não posso deixar de relembrar alguns dos princípios axiomáticos desse discurso, nomeadamente, por se aplicar neste caso a ideia de reflexividade. Este edifício transborda com o discurso nacionalista dos descobrimentos que, do meu ponto de vista, ainda está por desconstruir no imaginário português, mas, pior ainda e muito importante para o contexto específico desta exposição e deste projeto, remete para a

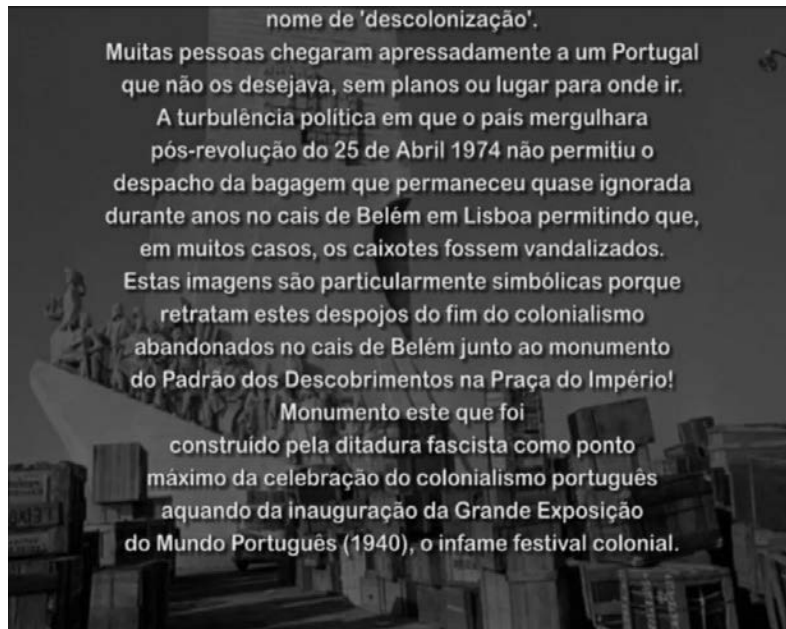
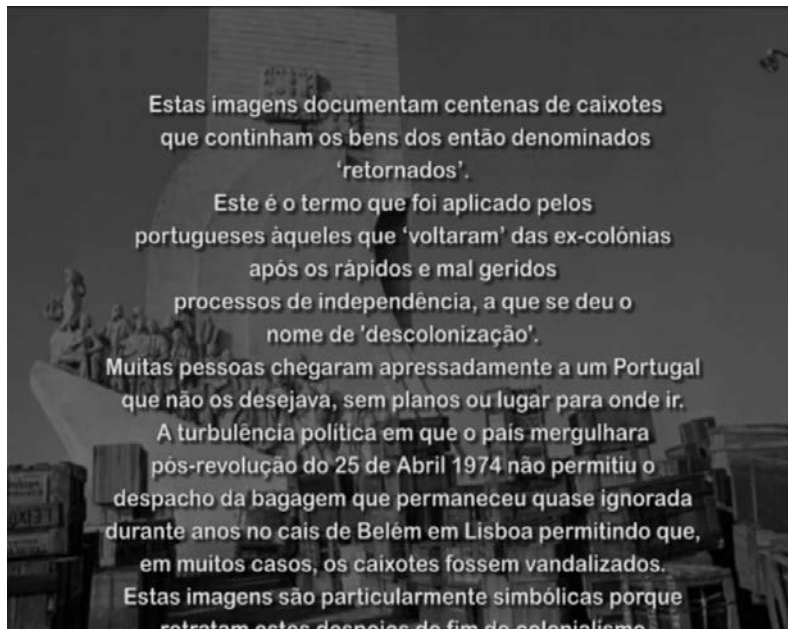
⁴ Achille Mbembe, *The Power of the...*



[153] Ângela Ferreira, *Messy Colonialism; Wild Decolonization*, 2015. Instalação em *A Story Within a Story* (GIBCA, Gotemburgo, 2015).

temática do colonialismo. Não nos esqueçamos de que o colonialismo, período tecnicamente de curta duração, teve os seus alicerces firmemente implantados na história dos descobrimentos portugueses e, subsequentemente, na história da escravatura. O edifício e a sua história escultórica são como um condensar de material de arquivo – um buraco negro absorvente de todo este material. Tenho dúvidas de que meramente por estarmos aqui hoje, com boas intenções, a ter esta conversa, consigamos contrariar as forças nefastas que ele suporta.

Mas como estou a apontar para a prática da reflexividade, usando este fórum um pouco como um confessionário, adianto ainda que há outro problema que me persegue e tem que ver com a ideia da «ética da forma». Talvez este problema seja insignificante para outros, mas sempre me pareceu que referenciar algo só por referenciar pode ser um exercício inútil e fútil que pode até apontar para conteúdos opostos aos desejados. Não conseguimos usar algo «belo» para mencionar algo «horrível», a não ser que abordemos os assuntos de forma crítica. Assim, a ideia de criticidade e reflexividade é vital para que os conteúdos não



[154] [155] Ângela Ferreira, *Colonialismo Sujo, Descolonização Selvagem*, 2015. Still do vídeo. 5:56 min, sem som, preto e branco.

se tornem confusos ou neutros. Ou, pior ainda, que possam ser apropriados por outros discursos bem diferentes dos nossos – os discursos saudosistas. Na verdade, se não impregnarmos as nossas referências de criticidade podemos cair na celebração dos assuntos que pretendemos criticar, enfraquecendo assim toda uma abordagem.

Finalmente uma nota, agora sobre o porquê de ter levado quinze anos a tratar este assunto nesta obra de arte. É que o assunto dos «retornados» não é só simplesmente um assunto de vítimas. É um assunto de colonos, muitos deles racistas e coniventes com um regime político colonial. O processo que está mesmo em causa aqui não é tanto o do «retorno», mas antes o do processo da descolonização portuguesa – que foi mais um projeto político português mal pensado, mal gerido e, em alguns casos, a roçar mesmo o ridículo –, processo que ainda continua indevidamente analisado ou avaliado e muito menos objeto de uma tão necessária comissão de «verdade e reconciliação».

Referências

- Dyangani Ose, Elvira, org., *A Story Within A Story* (Gotemburgo: Göteborg International Biennial for Contemporary Art, 2015).
- Mbembe, Achille, *The Power of the Archive and its Limits*, in *Refiguring the Archive*, org., Carolyn Hamilton (Cape Town: Kluwer Academic Publishers, 2002), pp. 19-27.